

Brady beneficiará o Brasil

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Pouco depois de o subsecretário do Tesouro, David Mulford, excluir o Brasil da lista dos primeiros devedores a se beneficiarem com a nova política de redução da dívida, o embaixador Marcílio Marques Moreira informou que, tão logo as novas medidas estejam em vigor — “dentro de poucos meses” — o país poderá reduzir substancialmente seus débitos externos. As declarações de Mulford foram classificadas como um “mal-entendido” por funcionários do próprio governo americano. Pelos cálculos do embaixador do Brasil, o novo esquema permitiria ao país uma redução da dívida, este ano, em US\$ 8 bilhões.

“Só que desta vez haveria recursos do Fundo Monetário Internacional ou do Banco Mundial para isso e não precisaríamos recorrer às nossas reservas e, nem à emissão de cruzados para conseguir essa redução”, disse Marcílio Marques Moreira. Num cenário otimista, o embaixador prevê que, a continuar esse ritmo de redução, em cinco anos o Brasil já teria plenamente controlado o problema da dívida externa. Ele deixou claro, porém, que essa redução terá de ser feita gradualmente e que, por mais que tenha havido uma virada importante na estratégia ame-

ricana, não há chances de uma solução da noite para o dia.

Conforto — Pela manhã, enquanto Mulford se reunia com jornalistas estrangeiros para falar do anúncio feito na sexta-feira por seu chefe, o secretário Nicholas Brady, o embaixador Marcílio participava, no Congresso, de um seminário sobre a questão da dívida, promovido pela Universidade de Harvard. O embaixador ouviu ali comentários sobre o conforto da posição brasileira em relação a essa nova estratégia sobre a dívida, já que muitas das conquistas que só agora começam a aparecer para os outros países já constam do último acordo entre o Brasil e os bancos credores.

A redução que o governo brasileiro tentará este ano deverá ser obtida ainda dentro dos mecanismos previstos no acordo de refinanciamento assinado no ano passado. Tecnicamente, o Brasil já pode fazer isso porque conseguiu naquele negociação a possibilidade da securitização da dívida — ou seja, a colocação no mercado de títulos com desconto. O México tentou isso sem grande sucesso no passado, mas agora o Brasil poderia se beneficiar com os recursos que o Banco Mundial e o FMI vão colocar à disposição e com a garantia parcial dos papéis, que será dada pelas duas instituições, tornando os títulos mais atrativos.

Em sua entrevista, Mulford tinha dito que os primeiros países a se bene-

ficiarem com a nova política seriam o México e a Venezuela, mas depois um funcionário do próprio Departamento do Tesouro frisou que ele não quis, de nenhuma forma, excluir o Brasil. O subsecretário disse que o México e a Venezuela terão apenas um benefício mais imediato porque estão, neste momento, negociando novos acordos de refinanciamento e as novas concessões dos países credores vão se refletir nessas negociações.

Bônus de saída — Indagado se, para se beneficiar logo da nova política, o Brasil não poderia simplesmente anular o atual acordo e buscar outro acordo, aproveitando as vantagens que estão por surgir, Mulford respondeu que isso não seria aconselhável. “O pacote brasileiro já inclui uma importante técnica de redução da dívida, que são os chamados *exit bonds* (bonus de saída, através dos quais os bancos assumem perdas, para sair do rol de credores do Brasil), além da conversão (de dívida por investimento). Acho que os brasileiros vão cumprir seu programa porque nele há benefícios para serem ganhos imediatamente”, disse Mulford.

“Mais tarde, quando as mudanças (que vão permitir a redução do volume da dívida e do serviço) estiverem prontas, não tenho dúvidas de que o Brasil também vai tirar proveito dessas novas oportunidades”, acrescentou.